



**Temas Abordados:** Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

**PUBLICAÇÃO: 12/08/2019**



## Trabalho da Defesa Civil será otimizado com sete novas viaturas entregues

O prefeito de Campinas, Jonas Donizette, entregou, nesta sexta-feira, 9 de agosto, sete novas viaturas para a Defesa Civil. A frota será utilizada nas atividades operacionais (em campo) e administrativas e vão se somar às quatro viaturas que a Defesa Civil possui atualmente.

Das sete viaturas, três são caminhonetes cabine dupla; duas são caminhonetes carga cabine simples; e dois veículos tipo Sedan. Os veículos de modelo Sedan serão usados para as atividades administrativas.

“O trabalho que a Defesa Civil faz em Campinas é elogiado. Na chuva demasiada, a Defesa Civil está lá. Na estiagem, também está lá, no trabalho preventivo, ajudando a combater focos de incêndio. Este trabalho que fazemos torna a **cidade resiliente**. A **Defesa Civil de Campinas ganhou um prêmio internacional da ONU, em Genebra**.

O prefeito completou que valoriza e reconhece o trabalho da Defesa Civil, que replica e passa o conhecimento do trabalho desenvolvido em Campinas para outras cidades.

O diretor da Defesa Civil, Sidnei Furtado, explicou que as novas viaturas vão otimizar o trabalho. As caminhonetes operacionais serão para as vistorias preventivas nos períodos de operação Verão e Estiagem e para áreas de difícil acesso, como reserva de matas. Elas têm tração 4x4 apropriada para tráfego em terrenos e solos acidentados e possuem acessórios como sinalizadores visual e acústico, guincho hidráulico e snorkel (equipamento que fica do lado de fora do veículo, ao lado da porta do motorista e permite a respiração do motor debaixo d’água). Essas viaturas são indicadas para transitar em áreas de alagamento.

Nas viaturas operacionais também podem ser acoplados tanques de água com capacidade para 400 litros e outros equipamentos de combate a incêndios. No dia 26 de julho, a Defesa Civil recebeu uma unidade de apoio de combate a incêndios, a unidade é para atuar nas atividades de vistorias preventivas e de combate a princípios

de incêndio relacionadas com a operação estiagem 2019, foi adquirida com recursos do Fundocamp, vinculado à Agência Metropolitana de Campinas (Agemcamp)

### Realizações Defesa Civil



Suíça – 16 de maio 2019 - O diretor da Defesa Civil recebe o Prêmio Sasakawa em Genebra

A Prefeitura de Campinas conquistou em maio deste ano o prêmio Sasakawa das Nações Unidas para a redução de desastres, a cerimônia ocorreu em Genebra, na Suíça, é o mais importante prêmio internacional concedido a instituições que tomam iniciativas ativas na redução de riscos de desastres. O município concorreu com 61 candidaturas de 31 países e a Defesa Civil de Campinas foi a escolhida por sua abordagem única de comunidade sustentável e pelo compromisso pela inclusão de todos os grupos vulneráveis no mapeamento para redução de riscos.

Campinas foi a primeira cidade do Brasil certificada pela ONU como “Cidade Modelo de Boas Práticas na Construção de Resiliência para Redução de Riscos e Desastres”. Desde 2013, o município está preparado para o atendimento em situações de desastre natural minimizando riscos e perdas para a população.





FONTE: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=36472>

FONTE: [https://resiliente.campinas.sp.gov.br/sites/resiliente.campinas.sp.gov.br/files/documentos/publicacao\\_29.05.2019\\_promotor\\_brasil.pdf](https://resiliente.campinas.sp.gov.br/sites/resiliente.campinas.sp.gov.br/files/documentos/publicacao_29.05.2019_promotor_brasil.pdf)



Global Assessment Report  
on Disaster Risk Reduction

## Experiência brasileira no desenvolvimento de sistemas de monitoramento de secas e avaliação de impactos

O Brasil não é uma exceção à crescente frequência e intensidade das secas em vários países. No entanto, avaliar a identificação espacial e temporal de episódios de seca é um processo extremamente complexo. Os índices de seca são particularmente úteis para caracterizar o déficit hídrico, bem como para monitorar o impacto da variabilidade climática na vegetação natural e na robustez das culturas. Devido às diferentes fontes de informação e metodologias utilizadas para os índices de seca, o monitoramento de secas de vários índices pode variar. Deve-se destacar que qualquer índice único é suficiente para descrever com precisão as características da seca. Assim, a combinação de diferentes indicadores que integram várias fontes de informação pode ajudar a alcançar melhor o monitoramento consistente dos riscos de secas e suas características.

Com base nesse conceito, o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta Precoce de Desastres Naturais (CEMADEN) desenvolveu indicadores de seca que combinam um índice de seca baseado em chuva e um índice baseado em sensoriamento remoto. Através destes indicadores de seca, a magnitude ou intensidade, velocidade de início, duração e área de extensão da seca podem ser estimados. Essas características de seca são valiosas para a avaliação de impacto, que desempenha um papel importante no gerenciamento do risco de seca.

Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar os esforços desenvolvidos pelo CEMADEN, especialmente relacionados (i) ao progresso já alcançado pelo sistema de monitoramento de ameaças de seca no Brasil; (ii) o desenvolvimento de uma avaliação do impacto da seca nos últimos seis anos em diferentes regiões do Brasil; (iii) e os desafios futuros na avaliação dos riscos de secas e seus impactos no nível nacional para a redução do risco de desastres.

*Este artigo é uma contribuição para a edição de 2019 do Relatório de Avaliação Global sobre Redução do Risco de Desastres (GAR 2019).*

### **Para citar este artigo:**

Cunha, Ana Paula MdA et al. Experiência brasileira no desenvolvimento de sistemas de monitoramento de secas e avaliação de impactos. Contribuindo com o papel para o GAR 2019

FONTE: [https://www.preventionweb.net/files/66570\\_fcunhabrazilianexperienceonthedevel.pdf](https://www.preventionweb.net/files/66570_fcunhabrazilianexperienceonthedevel.pdf)



## **Análise de interdependência de infraestrutura crítica: operacionalizando estratégias de resiliência**

Os sistemas de infraestrutura crítica fornecem recursos e serviços vitais para a população, empreendimentos comerciais, operações industriais, entidades governamentais, bem como para outras infraestruturas críticas interdependentes. Esses sistemas de infraestrutura dependem de extensas interconexões entre si; assim, as consequências resultantes de uma disfunção de infraestrutura podem se propagar através dos sistemas de infraestrutura, gerando falhas em cascata e escaladas que podem aumentar a escala de uma crise. As interdependências críticas de infraestrutura são, portanto, considerações fundamentais ao avaliar a resiliência de ativos de infraestrutura, sistemas e, em última análise, das comunidades que eles atendem. Expandir o entendimento de como os sistemas de infraestrutura críticos operam em conjunto é essencial para antecipar possíveis interrupções, gerenciar os impactos, e desenvolver medidas de adaptação para condições futuras. Gerenciar a dinâmica e as complexidades das



interdependências da infraestrutura crítica requer a combinação de técnicas de análise de cima para baixo e de baixo para cima em uma abordagem flexível e adaptativa.

Este artigo propõe uma estrutura de análise de interdependência de infraestrutura crítica e ilustra sua aplicação em Porto Rico após o furacão Maria. Essa estrutura utiliza análises de infraestrutura em nível de sistema e em nível de ativo para ilustrar possíveis falhas em cascata e escaladas, bem como para identificar e priorizar possíveis estratégias de resiliência. O estudo de caso de Porto Rico também elucida os elementos e condições necessárias para operacionalizar a análise de interdependência de infraestrutura crítica em todas as fases da gestão de riscos e emergências, e na perspectiva mais ampla de planejamento de adaptação a longo prazo e desenvolvimento sustentável.

*Este artigo é uma contribuição para a edição de 2019 do Relatório de Avaliação Global sobre Redução do Risco de Desastres (GAR 2019).*

**Para citar este artigo:**

Lewis, LP e Petit, F. Análise crítica de interdependência de infraestrutura: operacionalização de estratégias de resiliência. Contribuindo com o papel para o GAR 2019

FONTE: [https://www.preventionweb.net/files/66506\\_f415finallewisandpetitcriticalinfra.pdf](https://www.preventionweb.net/files/66506_f415finallewisandpetitcriticalinfra.pdf)



## **Agricultura e usos do solo representam 23% das emissões de gases do efeito estufa, diz ONU**

O solo já está sob uma crescente pressão humana e as mudanças climáticas estão se somando a essas pressões. Ao mesmo tempo, manter o aquecimento global bem abaixo dos 2º C é uma meta que só poderá ser alcançada por meio da redução de emissões de gases do efeito estufa em todos os setores, incluindo o uso do solo e alimentação, afirma o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em seu mais recente relatório, divulgado nesta quinta-feira (8).

O IPCC – o organismo mundial que avalia o estado do conhecimento científico sobre mudanças climáticas, o impacto dessas mudanças e os potenciais riscos futuros, bem como opções possíveis de resposta ao problema – teve o Sumário para Formuladores de Políticas do Relatório Especial sobre *Mudanças Climáticas e Solo* aprovado pelos governos do mundo todo na quarta-feira, em Genebra, na Suíça.

O documento será uma contribuição científica fundamental para as próximas negociações sobre clima e meio ambiente, como a Conferência das Partes da Convenção da ONU para Combater a Desertificação (COP14), em Nova Délhi, na Índia,

em setembro; e a Conferência da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP25), em Santiago, no Chile, em dezembro.

“Os governos desafiaram o IPCC a lançar o primeiro olhar abrangente em todo o sistema solo-clima. Fizemos isso por meio de muitas contribuições de especialistas e governos de todo o mundo. Essa é a primeira vez na história dos relatórios do IPCC que a maioria dos autores — 53% — é de países em desenvolvimento”, disse Hoesung Lee, presidente do IPCC.

O relatório mostra que uma melhor gestão do solo pode contribuir com o enfrentamento das mudanças climáticas, mas essa não é a única solução. A redução das emissões de gases do efeito estufa em todos os setores é essencial para que o aquecimento global seja mantido bem abaixo dos 2º C — ou até mesmo abaixo de 1,5º C.

Em 2015, governos apoiaram a meta do Acordo de Paris de fortalecer a resposta global às mudanças climáticas e manter a temperatura média global bem abaixo dos 2º C acima dos níveis pré-industriais. A meta também prevê esforços para limitar o aumento a 1,5º C.

O solo precisa permanecer produtivo para sustentar a segurança alimentar conforme aumentam a população e também os impactos negativos das mudanças climáticas sobre a vegetação. Isso significa que existem limites à contribuição do solo para o enfrentamento das mudanças climáticas — por exemplo, por meio do plantio de culturas energéticas (espécies de vegetais cultivadas para a produção de energia) e por meio do plantio de florestas. Outro desafio é o fato de que as árvores e os solos demoram até conseguir armazenar carbono de forma efetiva.

A bioenergia precisa ser cuidadosamente gerida para evitar tanto riscos à segurança alimentar e à biodiversidade, quanto riscos de degradação do solo. Os resultados desejáveis vão depender de políticas e de sistemas de governança apropriados para os contextos locais.

### **O solo é um recurso crítico**

O relatório *Mudanças Climáticas e Solo* revela que o mundo está melhor preparado para enfrentar as mudanças climáticas quando existe um foco geral em sustentabilidade.

“O solo desempenha um papel importante no sistema do clima”, afirma Jim Skea, copresidente do Grupo de Trabalho III do IPCC.

“A agricultura, a silvicultura e outros tipos de uso do solo representam 23% das emissões humanas de gases do efeito estufa. Ao mesmo tempo, os processos naturais do solo absorvem (um volume de) dióxido de carbono equivalente a quase um terço das emissões de dióxido de carbono oriundas de combustíveis fósseis e da indústria”, explica o especialista.

O relatório mostra como a gestão sustentável dos recursos do solo pode ajudar a enfrentar as mudanças climáticas, acrescenta Hans-Otto Pörtner, também copresidente do Grupo de Trabalho.

“O solo já em uso poderia alimentar o mundo num clima em (contexto de) mudanças e fornecer biomassa para a energia renovável, mas é necessária uma ação antecipada e extensa entre várias áreas”, afirma o pesquisador, que aponta ainda que o mesmo vale para a conservação e a restauração de ecossistemas e da biodiversidade.

### **Desertificação e degradação do solo**

Quando o solo é degradado, ele se torna menos produtivo, restringindo o que pode ser cultivado e reduzindo a habilidade do solo de absorver carbono. Isso exacerba as mudanças climáticas, ao passo que as mudanças climáticas, por sua vez, exacerbam a degradação do solo de muitas maneiras diferentes.

“As escolhas que fazemos sobre a gestão sustentável do solo podem ajudar a reduzir e, em alguns casos, a reverter esses impactos adversos”, afirma Kiyoto Tanabe, copresidente da Força-Tarefa sobre Inventários Nacionais de Gases do Efeito Estufa.

“Num futuro com chuvas mais intensivas, o risco de erosão do solo em terras agrícolas aumenta, e a gestão sustentável do solo é uma forma de proteger as comunidades dos impactos prejudiciais dessa erosão e de deslizamentos de terra. Contudo, existem limites ao que pode ser feito, de modo que, em outros casos, a degradação pode ser irreversível.”

Aproximadamente 500 milhões de pessoas vivem em áreas que sofrem desertificação. Regiões áridas e zonas que sofrem desertificação também estão mais vulneráveis às mudanças climáticas e a eventos extremos, incluindo secas, ondas de calor e tempestades de poeira, com uma população global crescente trazendo mais pressão para esses contextos.

O relatório estabelece opções para enfrentar a degradação do solo e prevenir ou se adaptar às mudanças climáticas. A publicação também analisa os impactos potenciais de diferentes níveis de aquecimento global.

“Novos conhecimentos mostram um aumento nos riscos (oriundos) da escassez de água em regiões áridas, de danos por incêndio, de degradação da *permafrost* e da instabilidade dos sistemas alimentares, mesmo para um aquecimento global em torno de 1,5º C”, diz Valérie Masson-Delmotte, copresidente do Grupo de Trabalho I do IPCC.

“Riscos muito altos relacionados à degradação da *permafrost* e à instabilidade dos sistemas alimentares são identificados com 2º C de aquecimento global.”

### **Segurança alimentar**

Uma ação coordenada para enfrentar as mudanças climáticas pode, simultaneamente, melhorar o solo, a segurança alimentar e a nutrição e ajudar a erradicar a fome. O

relatório ressalta que as mudanças climáticas estão afetando todos os quatro pilares da segurança alimentar: disponibilidade (rendimento e produção), acesso (preços e capacidade de obter comida), utilização (nutrição e preparo dos alimentos) e estabilidade (rupturas na disponibilidade).

“A segurança alimentar será cada vez mais afetada por mudanças climáticas futuras, por meio de reduções das safras — especialmente nos trópicos —, preços maiores, uma qualidade de nutrientes reduzida e rupturas na cadeia de produção”, aponta Priyadarshi Shukla, copresidente do Grupo de Trabalho III do IPCC.

“Veremos efeitos diferentes em países diferentes, mas haverá impactos mais drásticos em países de renda baixa na África, Ásia, América Latina e Caribe.”

O relatório aponta que em torno de um terço da comida produzida é perdida ou desperdiçada. As causas da perda e do desperdício de comida variam substancialmente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como entre regiões.

A redução da perda e do desperdício diminuiria as emissões de gases do efeito estufa e melhoraria a segurança alimentar.

“Algumas escolhas de dieta exigem mais solo e água e causam mais emissões de gases que aprisionam calor do que outras”, afirma Debra Roberts, copresidente do Grupo de Trabalho II do IPCC.

“Dietas balanceadas, com alimentos baseados em vegetais, como grãos alternativos, legumes, frutas e vegetais, e alimentos de origem animal produzidos de forma sustentável, em sistemas de baixa emissão de gases do efeito estufa, apresentam grandes oportunidades para a adaptação às mudanças climáticas e para a limitação delas.”

O relatório mostra que existem meios de gerenciar os riscos e reduzir as vulnerabilidades dos solos e dos sistemas alimentares.

A gestão de riscos pode aprimorar a resiliência das comunidades a eventos extremos, que têm impacto nos sistemas alimentares. Isso pode ser alcançado por meio de mudanças nas dietas ou de ações para garantir variedade nas culturas plantadas, de modo a prevenir a degradação do solo e a aumentar a resiliência a um clima extremo ou inconstante.

A redução das desigualdades, a melhoria da renda e a garantia de um acesso igualitário a comida, de modo que algumas regiões — onde o solo não pode ser usado para o fornecimento de comida adequada — não estejam em desvantagem, são outros meios de se adaptar aos efeitos negativos das mudanças climáticas. Também existem métodos de gerenciar e compartilhar os riscos. Algumas dessas estratégias já estão disponíveis, como sistemas de alerta com antecedência.



Um foco geral em sustentabilidade, combinado a ações antecipadas, oferece as melhores chances para enfrentar as mudanças climáticas. Isso traria um baixo crescimento populacional e desigualdades reduzidas, uma melhor nutrição e um menor desperdício de comida.

Isso poderia criar um sistema alimentar mais resiliente e disponibilizar mais terras para a produção de bioenergia, ao mesmo tempo em que as florestas e os ecossistemas naturais são protegidos. Contudo, sem ações precoces nessas áreas, serão necessárias mais terras para a produção de bioenergia, o que levará a decisões desafiadoras sobre o futuro do uso do solo e sobre segurança alimentar.

“Políticas que apoiam a gestão sustentável do solo, garantem o fornecimento de alimento para populações vulneráveis e mantêm o carbono na terra, ao mesmo tempo em que reduzem as emissões de gases do efeito estufa, são importantes”, afirma Eduardo Calvo, copresidente da Força-Tarefa sobre Inventários Nacionais de Gases do Efeito Estufa.

### **Respostas aos desafios do solo e das mudanças climáticas**

Políticas que estão fora das áreas de energia e solo, como as políticas sobre transporte e meio ambiente, também podem fazer uma diferença crítica para o enfrentamento das mudanças climáticas. Agir antecipadamente tem um melhor custo-benefício uma vez que evita perdas.

“Isso são coisas que já estamos fazendo. Estamos usando tecnologias e boas práticas, mas elas precisam ser ampliadas em escala e usadas em outros lugares adequados onde não estão sendo usadas agora”, afirma Panmao Zhai, copresidente do Grupo de Trabalho I do IPCC.

“Existe um potencial real aqui, por meio de um uso do solo mais sustentável, da redução do consumo excessivo e do desperdício de alimentos, da eliminação da derrubada e da queima de florestas, da prevenção da colheita excessiva de madeira usada como combustível e da redução de emissões de gases do efeito estufa, ajudando, portanto, a enfrentar questões de mudanças climáticas associadas ao solo.”

### **Sobre o relatório**

O nome completo do relatório é *Mudanças Climáticas e Solo, um relatório especial do IPCC sobre mudanças climáticas, desertificação, degradação do solo, gestão sustentável do solo, segurança alimentar e fluxos de gases do efeito estufa em ecossistemas terrestres*.

A publicação foi preparada por 107 especialistas de 52 países. A equipe de autores cita mais de 7 mil referências no documento. Para a elaboração da pesquisa, foram considerados 28.275 comentários de revisão feitos por outros especialistas e governos.

Acesse o Sumário para Formuladores de Políticas do relatório: <https://www.ipcc.ch/report/srccl/>

**Para informações à imprensa, entre em contato com:**

**Escritório de Imprensa do IPCC**, e-mail: [ipcc-media@wmo.int](mailto:ipcc-media@wmo.int)  
Werani Zabula, + 41 22 730 8120, Nina Peeva, + 41 22 730 8142

**Unidade de Apoio Técnico do Grupo de Trabalho III do IPCC:**  
Sigourney Luz, +44 20 7594 7377

**FONTE:** <https://www.ipcc.ch/report/srcl/>



## **Construindo uma melhor resposta para a resiliência dos desastres naturais: uma abordagem de política de proteção social**

A política de proteção social tornou-se um dos principais discursos políticos e instrumentos políticos do governo indonésio. No entanto, há uma falta de preocupação com relação à proteção social para cidadãos afetados por desastres naturais que causam consequências adversas, como bens pessoais desaparecidos, infraestrutura de serviços públicos danificada, fontes eliminadas de vida e comprometimento do bem-estar humano causado por desastres familiares, separação e trauma.

Este artigo propõe uma política social integrada como resposta aos efeitos socioeconômicos adversos de desastres naturais. No curto prazo, as redes de segurança de socorro institucionalizado facilitarão as situações das famílias afetadas. No médio a longo prazo, as remodelações de infraestrutura, a reconstrução de instituições e a recuperação do capital humano devem ser priorizadas. Este documento também recomenda uma abordagem integrada de política de proteção social como parte da política ex post / resposta a desastres naturais na Indonésia.

**FONTE:** <http://ppidunia.org/wp-content/uploads/2019/05/Policy-Briefs-8.pdf>



## **UNOPS e consórcio de estados firmam parceria nas áreas de compras e infraestrutura em saúde**

O Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) e o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central (BrC) assinaram nesta terça-feira (6), em Brasília, acordo para cooperarem na busca de soluções integradas para o fortalecimento do consórcio nas áreas de compras de medicamentos e infraestrutura em saúde.

O documento foi assinado na Assembleia Geral dos Governadores, pelo diretor regional adjunto do UNOPS, Giuseppe Mancinelli; pelos governadores do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, de Goiás, Ronaldo Caiado, e de Mato Grosso, Mauro Mendes; e pelos vice-governadores do Distrito Federal, Paco Britto, e do Maranhão, Carlos Brandão Junior. Integram ainda o consórcio e vão participar da iniciativa os governos de Rondônia e do Tocantins.

O Memorando de Entendimento (MOU) permitirá que as organizações possam estudar a colaboração nas seguintes áreas: compras sustentáveis na área da saúde; melhores práticas para gestão de logística e infraestrutura na área da saúde; melhores práticas na gestão de projetos na área da saúde.

Azambuja ressaltou, antes da assinatura, que “o UNOPS é um organismo referendado” que vai apoiar o consórcio na organização e melhora das metodologias de compras de medicamentos.

Na ocasião, Mancinelli explicou que o organismo tem ampla experiência nas áreas de compras de medicamentos e infraestrutura em saúde. Como exemplo, citou que, na Guatemala, processos de compras de medicamentos apoiados pelo UNOPS tiveram economia de 54,58% para o Instituto Guatemalteco de la Seguridad Social (IGSS) em relação a um orçamento oficial estimado. Ou seja, o Instituto economizou 138 milhões de dólares com referência aos preços pagos anteriormente por medicamentos similares.

No Brasil, o escritório já atuou no apoio à construção de centros socioeducativos; na elaboração de projetos para hospitais universitários; na criação de metodologias de orçamento para obras de patrimônio histórico; na construção de infraestrutura de apoio à igualdade de gênero; na indicação e viabilização de modelos de financiamento adequados para equipamentos públicos urbanos; e na melhora de processos de compras de medicamentos e gestão hospitalar.

## **UNOPS**

O Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) é um organismo operacional das Nações Unidas. Em todo o mundo, o escritório apoia o sistema ONU, seus parceiros e governos a fornecer soluções nas áreas de assistência humanitária, desenvolvimento, paz e segurança. Sua missão é ajudar as pessoas a melhorarem suas condições de vida e os países a alcançarem a paz e o desenvolvimento sustentável, alinhado com os objetivos da Agenda 2030.

O UNOPS enfoca seu trabalho na implementação de projetos e está comprometido com os valores das Nações Unidas e com a eficiência do setor privado. Os serviços

prestados pelo UNOPS abrangem as áreas de infraestrutura, gerenciamento de projetos, compras, gestão financeira e recursos humanos. Os parceiros solicitam os serviços para complementar suas próprias capacidades, aumentar a velocidade, reduzir riscos, promover a relação custo-benefício e melhorar a qualidade de seus projetos em diferentes áreas.

**Para informações à imprensa:**

**Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS)**

Lívia Alen

(61) 3204-7200

[liviaa@unops.org](mailto:liviaa@unops.org)

FONTE: [https://nacoesunidas.org/unops-e-consorcio-de-estados-firmam-parceria-nas-areas-de-compras-e-infraestrutura-em-saude/?utm\\_source=feedburner&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Feed%3A+ONUBr+%28ONU+Brasil%29](https://nacoesunidas.org/unops-e-consorcio-de-estados-firmam-parceria-nas-areas-de-compras-e-infraestrutura-em-saude/?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+ONUBr+%28ONU+Brasil%29)

**INFORMAÇÕES**

**PROMOTOR BRASIL**

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

**CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO**

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

**REDE DE CIDADES RESILIENTES DE LINGUA PORTUGUESA**

<http://www.cidadesresilientes.net/>

**INFORMATIVOS UNISDR**

<http://www.eird.org/camp-10-15>

**PREVENTIONWEB**

<http://www.preventionweb.net/english/>

**SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>